

A TRANSNACIONALIZAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE EMPODERAMENTO DO MOVIMENTO FEMINISTA: A MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES

Bruna Luany dos Santos Picanço¹

E-mail: picancobruna@gmail.com

Resumo: Este trabalho pretende entender os processos de construção social presentes na contemporaneidade e de assim contribuir ao campo das Relações Internacionais frente à deficiência que abarca o mesmo no que se relaciona à temáticas como Gênero/Feminismo . Visando entender elementos importantes para a atualidade das Relações Internacionais trabalharemos questões como Globalização, Transnacionalização e o papel da Sociedade Civil na forma das Redes Transnacionais. Utiliza-se para tanto de uma análise a respeito de como se articula a rede de ativismo transnacional da Marcha Mundial das Mulheres e de que forma a transnacionalização característica da mesma contribui efetivamente para o empoderamento do Movimento Feminista, tendo por base a pesquisa qualitativa através de Pesquisa bibliográfica e Pesquisa documental.

Palavras-chave: Redes Transnacionais; Marcha Mundial das Mulheres; Empoderamento; Movimento Feminista.

Abstract: This work intends to understand the processes of social construction present in contemporaneity and contribute to the field of International Relations regarding the deficiency of scientific production on Gender / Feminism. In order to understand important elements for the current International Relations, we will focus on issues such as Globalization, Transnationalization and the role of Civil Society in the form of Transnational Networks. We will analyze for this purpose how the transnational activism network of the World March of Women is articulated and how the transnationalization characteristic of it contributes effectively to the empowerment of the Feminist Movement, based on the qualitative research through bibliographic research and documentary research.

Keywords: Transnational Networks; World March of Women; Empowerment; Feminist Movement.

¹ Graduanda em Relações Internacionais da Universidade Federal do Amapá- UNIFAP.

1. INTRODUÇÃO

Ao ser refutada a visão Estadocêntrica, termos novos atores emergindo e atuando na Política Internacional e com isso novas dinâmicas surgem e paradigmas são repensados.

Com o fim da Guerra Fria temos a intensificação da transnacionalização seja ela econômica, tecnológica ou cultural. Alcança-se uma interdependência global com mobilidade crescente de pessoas, mercadorias, etc. Para Soares (2005:06) “o surgimento de conceitos como sociedade global, terceiras culturas, cultura internacional-popular, economia-mundo, multilateralismo e outros análogos está a indicar a constituição de novas realidades sociais”.

O papel que a Sociedade Civil exerce neste cenário é destaque do presente estudo, pois mobiliza redes transnacionais dispostas a acarretar mudanças ligadas à identidade/valores de grupo e o feito em questão tem tomado maior proporção e efetividade em tempos contemporâneos e contribuído para questões substanciais para as sociedades. É importante se conceber que uma rede transnacional de ativismo não é uma estrutura formal e que se utiliza da legitimação das suas causas.

Há de fato uma correlação entre esta movimentação e a intensificação de outro fenômeno, a Globalização, um distinto processo que acarreta transformações intensas nas sociedades locais bem como em aspecto Mundial que permite “encurtamento” de distâncias não só físicas como ideológicas.

A escolha pela ênfase na Marcha Mundial das Mulheres, dentre as várias redes transnacionais, se dá pelo seu caráter pioneiro e da visualização de que a transnacionalização é seu princípio e meio, ela é de fato um exemplo emblemático de um novo momento vivido pelos Movimentos Sociais e a Sociedade Internacional em geral. Sendo assim, a indagação central de estudo é entender: como se articula a rede de ativismo transnacional da Marcha Mundial das Mulheres? E de que forma a transnacionalização característica da mesma contribui efetivamente para o empoderamento do Movimento Feminista?

Diante do exposto, o presente trabalho teve como base metodológica duas frentes: Pesquisa bibliográfica e Pesquisa documental.

O levantamento bibliográfico ocorreu por meio da busca de trabalhos já elaborados no que condiz com Transnacionalização, Redes Transnacionais,

Gênero e Empoderamento- tanto material elaborado e publicado sobre as temáticas, desde periódicos, monografias, dissertações, teses, livros, publicações avulsas, boletins, documentos eletrônicos, entre outros (RAUPP; BEUREN, 2004) quanto fontes primárias, que se constituem de dados não codificados para fins científicos.

O embasamento teórico através de autores que pensem as Relações Internacionais, Redes Transnacionais, Gênero e Empoderamento, tais como Batliwala, Keck e Sikkink, Souza Santos, dentre outros, são fundamentais neste processo. Além do acesso ao material disponível na internet e outros materiais acadêmicos relacionados a Marcha Mundial das Mulheres.

Apreciando a relevância da temática, sua contemporaneidade e a carência de estudos, sobretudo no campo das Relações Internacionais, através do abarcamento de temáticas ligadas a empoderamento, movimento feminista e as redes transnacionais de ativismo apresenta-se neste trabalho a tentativa de fortalecer diferentes tipos de pesquisa que considerem diferentes atores e realidades. Além disso, é de grande valor o diálogo que se estabelece com os estudos sobre feminismo e participação política, na medida em que identifica e analisa valores e culturas da Marcha Mundial das Mulheres e a contribuição social no que consiste subsídio aos movimentos sociais e as organizações de mulheres para reflexão sobre participação e outros mecanismos e processos de construção e fortalecimento da cidadania feminina.

2. TRANSNACIONALIZAÇÃO

O abandono de uma visão Estadocêntrica abriu espaço para que novos atores fossem levados em consideração ampliando as categorias de análise da Política Internacional fomentando assim o surgimento de novos paradigmas. O conceito de Relações Transnacionais vem à tona neste momento e é definido por Risse-Kapen (1995:03) como “regular interactions across national boundaries when at least one actor is a non-state agent and does not operate on behalf of a national government or an intergovernmental organization”.

As premissas da Transnacionalização não pactuam como uma grande novidade para a história das sociedades mundiais se levarmos em consideração, por exemplo, as grandes instituições religiosas. No entanto, é

dentro do contexto do fim da Segunda Guerra Mundial com os processos de descolonização- fundamental para a consolidação do entendimento do que conceitua Estado- bem como a intensificação da Globalização que contribuiu com tecnologias auxiliares para transporte e comunicação, que vemos o fenômeno solidificar-se.

A transnacionalização representa um novo contexto mundial, surgido principalmente a partir da intensificação das operações de natureza econômico-social no período do pós-guerra, caracterizado-especialmente-pela desterritorialização, expansão capitalista, enfraquecimento da soberania e emergência de ordenamento jurídico gerado à margem do monopólio estatal. (CRUZ; STELZER, 2010:22)

Através da Transnacionalização e de sua influência para com variadas vertentes da sociedade sejam elas econômica, sociais, jurídicas,..., podemos perceber como se dão as relações internacionais no novo contexto, sobretudo ao entendimento de uma Sociedade Internacional interdependente.

2.1-TRANSNACIONALIZAÇÃO NOS DEBATES DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E CONSTRUTIVISMO

Keohane e Nye são precursores no que tange o estudo das “relações transnacionais” ao refutarem as visões estadocêntricas e trabalharem a questão da Interdependência Complexa. Nye e Keohane (apud BRAGA, 2011) entendiam que os processos transnacionais capitaneados pela economia e pelos meios de comunicação estavam mudando o caráter do sistema internacional. Elucida ainda que como acontece com a maioria dos estudos, havia algumas limitações na conceptualização original de Relações transnacionais: a amplitude por abranger tudo na política mundial (exceto as relações entre Estados); a não diferenciação da natureza de distintos fenômenos transnacionais e uma leitura horizontalizada das relações transnacionais, isto é, consideravam que atores não estatais se relacionam somente entre si, em paralelo às relações interestatais, e, nessa dinâmica, as corporações multinacionais seriam os principais atores não estatais (TARROW, 2005).

A fim de suprir as carências deixadas, outros autores investiram no estudo a cerca deste novo momento dentro das Relações Internacionais, podemos destacar as obras e autores: Pressure groups in the global system

(WILLETTS, 1982), The study of global interdependence: Essay on the transnationalisations of world affairs (ROSENAU, 1980); The Web of World Politics: Non-state actors in the Global System (MANSBACH, FERGUSON e LAMPERT, 1976); In Search of Theory: A New Paradigm for Global Politics (MANSBACH e VASQUEZ, 1981).

No entanto, mudanças substanciais ocorreram na conjuntura mundial e por mais que a ideia da interdependência complexa tenha atraído interesse de pesquisadores e embora o jargão da Interdependência tenha alcançado o discurso político e o da própria mídia, os acontecimentos da década de 1980 causaram um duro golpe na nova teoria (NOGUEIRA; MESSARI, 2005:88). O fim da *détente*² aconteceu, surgia assim, o que se habituou a chamar de uma Segunda Guerra Fria, Estado e Segurança voltaram ao protagonismo quando se pensava nas Relações Internacionais e desta forma:

Enquanto nos anos 70 o confronto entre aqueles que defendiam que o Estado ainda era o ator central do sistema internacional e a perspectiva transnacionalista ou globalista dominou grande parte dos debates, na década seguinte, com o advento da Segunda Guerra Fria e uma maior intervenção dos Estados nas atividades econômicas internacionais, a perspectiva transnacionalista não parecia explicar a realidade da política internacional. (HERZ, 1997: 02)

Neste novo momento, o pensamento de que o Sistema Internacional é anárquico voltava a vigor, já não se acreditava no Sistema Interdependente. Assim, os autores debruçam-se a evidenciar a Cooperação em um mundo anárquico onde os Estados são atores principais, isto porque, segundo Nogueira e Messari (2005:89):

É quando a contradição entre os postulados de uma teoria e ocorrências importantes na esfera da realidade que ela pretende explicar torna-se muito evidente, impõe-se a necessidade de rever e reformular tais postulados na tentativa de preservar o núcleo central da teoria.

Em 1995 Risse-Kapen mapeia a questão transnacional dentro do debate das Relações Internacionais com a obra *Bringing transnational relations back in*. Nela ele cria uma conversa entre os estudos de instituições

² Termo utilizado para se referir ao momento de apaziguamento de tensões entre nações que outrora tiveram conflito e muito usado quando nos referimos ao período que se estende do fim de 1960 ao início de 1980 que marca uma distensão entre União Soviética e os Estados Unidos da América durante a Guerra Fria.

internacionais com estruturas domésticas³ por acreditar que é a saída para que as lacunas de cada sejam preenchidas e para fomentar os estudos empíricos acerca dos atores transnacionais.

No Pós-Guerra, a Escola Construtivista inaugura o terceiro grande debate das Relações Internacionais. O Construtivismo se caracteriza por ser multidisciplinar e por ter como premissa básica que vivemos em um mundo que construímos, no qual somos os principais protagonistas, e que é produto das nossas escolhas (NOGUEIRA; MESSARI, 2005:163).

O momento histórico é fundamental para o entendimento da força que o Construtivismo tem para o campo teórico:

Constructivist theories which developed in international relations in the early 1990s challenged the central theoretical perspectives in the academic discipline of international relations. During the Cold War and most of the history of international relations, the research agenda was dominated by rationalist approaches which subordinated morality to the interests of power. The constructivist framework challenges this emphasis on power and seeks to demonstrate that rather than power, it is norms and values which shape the behaviour of the majority of states. States may still wield power in terms of military and coercive might but the use of this power is not guided solely by amoral state interests. Rather, in the constructivist framework, power is constrained and state interests reshaped through international normative structures created by the multiple interactions of state and non-state actors in actually existing global civil society (CHANDLER, 2004: 25)

O Construtivismo debruça-se a pensar ontologicamente e CASTRO (2012:386) aclara que :

Em linhas gerais, as premissas do construtivismo representam a lógica transformadora das ideias e das mútuas relações de construção e de co-construção, tendo como validade a pertinência dos processos-meios utilizados para tal fim. Ou seja, o construtivismo associa a forma de mútuas ações com o processo dinâmico envolvendo agentes e estrutura de maneira a construir o ethos das Relações Internacionais. Outras premissas são importantes a serem expostas: o pensamento, as ideias e os valores possuem força maior que as estruturas materiais disponíveis; as crenças intersubjetivas representam os meios (canais) por onde passam os fluxos de relacionamento internacional; e, por fim, a formação das ideias e dos

³ Segundo Braga (2011:34): “Risse-Kapen importa o estudo de “estruturas domésticas” da área de economia política internacional, como a obra de Katzenstein (1976), segundo a qual os atores domésticos respondem às pressões da integração econômica trabalhando apenas por meio de instituições nacionais, e Estados expostos à economia internacional modelam suas instituições políticas em diferentes formas de corporativismo para defender esses interesses domésticos (Katzenstein apud Tarrow, 2005:21). Já o estudo das instituições internacionais – desenvolvido principalmente pela literatura sobre regimes internacionais dos anos 1980/12 – não confrontava a premissa dos Estados como atores unitários. A análise de regimes usualmente tomava as preferências e interesses estatais como dados (Risse-Kapen, 1995, p. 15).”

ideais fazem parte da construção dos interesses, das identidades e da consciência partilhada dos agentes internacionais.

No Construtivismo se entende que as interações não ocorrem somente por fatores materiais, também pelos ideacionais – tais como normas, conhecimento, ideias e cultura – dentre os quais os mais importantes são compartilhados intersubjetivamente, sem serem reduzidos aos indivíduos, e constroem os interesses e identidades dos atores (BRAGA, 2011:37).

A corrente Construtivista foi eleita para ser abordada neste estudo pela maleabilidade metodológica; por lidar com as causas não somente como dado, pois crê que o entendimento da constituição dos fatos sociais é essencial na explicação causal do comportamento dos atores e seus resultados políticos; pelas diversidades de Construtivismos, tendo em vista que por se basear na crença de que a realidade e o conhecimento a respeito da mesma são socialmente construídos, temos amplitude de análises e isto também permite diálogo com diversas vertentes:

Constructivists have explored Foucauldian analyses of the power of discourse to understand these processes (Ferguson 1990; Keeley 1990; Price 1995, 1997). They have explored theories of agency and culture (Bukovansky 2001), Goffman-type analyses about self-presentation in public life (Barnett 1998), Karl Deutsch's notions about security communities (Adler & Barnett 1998), theories about organizational behavior (Finnemore 1996a,b; Barnett & Finnemore 1999), social movement theory (Smith et al 1997, Keck & Sikkink 1998), Habermasian theory about communicative action (Risse 2000, Checkel 2001), and mediation theory (Ratner 2000), to name a few. (SIKKINK e FINNEMORE, 2001:394)

O fato é que uma teoria que questiona a natureza da interação social como o construtivismo permite um estudo empírico com maior fluidez, propiciando liberdade analítica para o pesquisador trabalhar com diversas diretrizes de estudo e hipóteses (BRAGA, 2011:37).

É também nesse período Pós-Guerra que os estudos a cerca da Globalização e da Sociedade Civil Global⁴ se fortalecem, temáticas essenciais para entendermos mais sobre a Transnacionalização e a formação e articulação de uma Rede Transnacional.

2.2- REDES TRANSNACIONAIS

⁴ “O espaço de atuação e pensamento ocupado por iniciativas de cidadãos, individuais ou coletivos, de caráter voluntário e sem fins lucrativos” (HERZ; HOFFMANN, 2004:225)

As transformações que ocorrem no Globo de modo geral são complexas tendo em vista a maior interação existente entre nações, empresas, movimentos sociais e demais atores da Política Internacional. Este processo de maior influência mútua como um todo é entendido como o Fenômeno da Globalização que é um movimento tanto ideológico quanto político e se desdobra por meios que se desenvolvem através do Local-Global, isto é, Boaventura de Sousa Santos (2006) afirma que um dos caminhos para execução deste resultado (Globalização) se dá através daquilo que ele chama de Globalized Localism/Localized Globalism onde entende que o primeiro se dá por meio da efetividade de globalização de uma questão particular e o segundo através dos impactos que estas ações globais trazem para a localidade. Exemplificando teríamos o caso de uma empresa multinacional que resolve trabalhar com a extração de eucalipto de um determinado local, como impactos teríamos talvez oferta de empregos e por outro lado danos ambientais àquele local.

Além disso, na conjuntura contemporânea, há a explosão de distintos movimentos correlacionados com a Globalização. Santos (2006) trabalha ainda o conceito de Cosmopolitismo Insurgente onde observa que grupos se utilizam do fenômeno da Globalização, mas insurgem com divergências quanto às estruturas de poder que o mesmo detém, assim trata-se de uma resistência organizada à Hegemonia provocada pela Globalização e uma defesa das avassaladoras consequências desse processo com concentração em diversos setores sejam eles de caráter voltado aos direitos humanos, às causas ecológicas/ ambientais, opressão cultural ou política, etc.. Sobre este conceito aclara que trata-se de

Um conjunto muito vasto e heterogêneo de iniciativas, movimentos e organizações que partilham a luta contra a exclusão e a discriminação sociais e a destruição ambiental produzidas pelos localismos globalizados e pelos globalismos localizados, recorrendo a articulações transnacionais tornadas possíveis pela revolução das tecnologias de informação e de comunicação (SANTOS, 2009:12-13)

Nesse sentido, vale ressaltar que as mudanças que ocorrem na conjuntura atual, cada vez mais perpassam por outros setores que vão além do Estatal. Assim, é importante destacar a participação da sociedade civil nesses processos o que garante a emergência de uma mudança intensa no que tange

a questões voltadas ao Poder dentro da Política Mundial democratizando-a, por assim tornar o poder uma concepção relacional e não somente pertencente ao Estado. Os recursos de poder dos quais a Sociedade Civil se utiliza tem como polo aquilo que denominamos soft power⁵. É nesta conjuntura que as redes de ativismo transnacional se consolidam e é através do congruência de valores, serviços e informações através de uma densa rede de conexões formal ou informalmente que se elas se dão: “A transnational advocacy network includes those relevant actors working internationally on an issue, who are bound together by shared values, a common discourse, and dense exchanges of information and services” (KECK; SIKKINK, 1998:02)

Mas o que seria uma rede? Uma “rede social” pode ser definida como um conjunto de nós ou atores (pessoas ou organizações) ligados por relações sociais ou laços de um tipo especificado. Trata-se de contatos com algum grau de regularidade (frequência), similaridade e especificidade (GRANOVETTER, 1973; STEINER, 2006; CARVALHO, 2002; RAUD-MATTEDI, 2005; SWEDBERG, 2004).

Será através do trabalho das autoras Keck e Sikkink (1998) e McAteer e Pulver(2009) que poderemos entender melhor sobre os objetivos, formas e ação das redes transnacionais.

A definição de rede por Keck e Sikkink está em sintonia com uma das diversas conceituações da literatura sociológica de movimentos sociais (DELGADO, 2006:26). As redes são caracterizadas por elas como “forros of organization characterized by voluntary, reciprocal, and horizontal patterns of communication and Exchange” (KECK;SIKKINK, 1998: 08) e como Fonteles explicita, são classificadas pelas autoras como:

Agentes complexos da globalização, pois são resultado de interações, horizontais e não-hierarquizadas, entre diversos atores políticos e sociais e, em geral, têm dinâmicas diferentes dos tradicionais atores políticos da arena global, pois tem valores centrados em princípios e idéias e na crença de que indivíduos

⁵ [...]Um modo indireto de exercer o poder. Na política mundial, é possível que um país obtenha os resultados que quer porque os outros desejam acompanhá-lo, admirando os seus valores, imitando-lhe o exemplo, aspirando ao seu nível de prosperidade e liberdade. Neste sentido, é igualmente tão importante estabelecer a agenda na política mundial e atrair os outros quanto forçá-los a mudar mediante a ameaça ou o uso das armas militares ou econômicas. A este aspecto do poder – levar os outros a querer o que você quer -, dou o nome de poder brando. Ele coopta as pessoas em vez de coagi-las. (NYE, 2002: 36)

podem fazer a diferença e se valem fortemente da informação como arma política (FONTELES, 2012:40)

Para Keck e Sikkink as redes transnacionais utilizam quatro políticas de ação:

1. Política de informação, talvez a ferramenta mais importante para a construção e ação de uma rede. Através dela se consegue consolidar interações e dar voz pública aos envolvidos na rede;
2. Política de influência, que as autoras indicam que pode se dar de duas formas: material (geralmente está vinculada a dinheiro, aquisição de bens que trazem a facilitação da viabilidade da causa) e moral (envolve mudanças no comportamento do ator-alvo através da opinião pública e informação);
3. Política simbólica, mecanismo do qual as redes se valem a fim de sintetizar as informações de modo a uma compreensão remodelada de um assunto, ainda trabalha com levar a público algum tipo de evento simbólico que tenha alguma relação com o fato e assim utilizar-se da interpretação simbólica, pois é uma ferramenta de persuasão;
4. Política de accountability, esse método de “prestação de contas” visa trabalhar em cima dos atores-alvo a fim de que tenham transparência em suas políticas para que a população de modo geral possa fazer um maior controle das atitudes por eles prestadas. Um dos mecanismos é a comparação entre discurso e ação, dessa forma, a política de accountability funciona, por exemplo, até como um law enforcement dos tratados internacionais assinados por Estados.

Como dito, a informação é um meio promissor para a efetividade da atuação de uma rede e é através deste recurso que fortalecem suas articulações e constroem os alvos, ou seja, utilizam-se da publicidade para alcance de uma “Mobilização da Vergonha”, utilizando-se da opinião pública para causar uma situação de constrangimento capaz de ter efeito de transformações. Keck e Sikkink, afirmam que o maior grau de emaranhamento e quanto mais extensa for a rede de informação mais densa se torna a causa. A veiculação de informações é, portanto um dado complexo do fenômeno da transnacionalização.

Deste modo, podemos observar a intrínseca relação com a intensificação recente da Globalização e a chamada Terceira Revolução Industrial que culmina numa mudança voltada ao tecnológico, com os instrumentos da tecnologia de informação cada vez mais fazendo parte de nosso dia-a-dia.

Sobre a utilização da informação, Fonteles explana que:

Seja para angariar apoio da opinião pública, seja para constranger governos, seja para consolidar interações, as redes se valem dessa fonte justamente por sua natureza peculiar de novos atores na arena global. Estados e organizações internacionais tem instrumentos e recursos os quais as redes não acessam. Daí o uso criativo de novas técnicas e políticas para a persuasão. (FONTELES, 2012:43)

Em *Global Transformations. Politics, Economics and Culture*, Held; McGrew; Goldblatt; Perraton (1999) se debruçam sob quão fundamentais são os suportes de infraestrutura para a existência das redes. Estas infraestruturas podem ser físicas, simbólicas ou legais. Geralmente é através da simbologia dos valores, da moral, da ideologia e da identidade que as redes alcançam seus objetivos. Assim, a concepção de identidade se dá através de uma solidariedade de grupos com um valor seja ele gênero, raça, direitos humanos, meio ambiente. Essa ideologia em comum transforma essa identificação em uma rede que transcende os limites locais e pode alcançar ações fundamentais no meio internacional. Segundo Held; McGrew; Goldblatt; Perraton(1999:49) :

Political decisions and actions in one part of the world can rapidly acquire ramifications. In addition, sites of political action and/or decision-making can become linked through rapid communications into complex networks of decision-making and political interaction. (Held; McGrew; Goldblatt; Perraton, 1999:49)

Evidentemente para que haja um “além fronteira” de um movimento, é necessária que as estruturas domésticas deem um suporte. Ou seja, a situação atual do Estado é imprescindível para análise de um processo de transnacionalização. Cada campo se utiliza de um instrumento para se estabelecer politicamente, o Estado se utiliza da força, o mercado do dinheiro e a sociedade da comunicação/informação. Além da vulnerabilidade, McAteer e Pulver (2009) apontam ainda a coesão da rede e o contexto na qual está inserida, extremamente representativos para que o movimento seja eficiente em suas ações. E mais uma vez, a informação é apontada como meio primordial para que se tenha qualidade no intercâmbio entre os membros bem como lidar com a diversidade identitária.

Por fim, destaca-se aqui outro conceito trabalhado por Keck e Sikkink (1998) e que é fundamental no estudo das Redes Transnacionais, o “Efeito Boomerang” que é um meio pelo qual se proporciona grupos alcançarem de modo eficiente situações a ponto de levar casos que ocorrem em uma região à uma instância internacional proporcionando conjunturas de interferência bem como comoção de uma instituição maior de poder sob o alvo, ou seja, é um mecanismo de pressão social objetivando a inclusão de suas reivindicações em países e, principalmente, no sistema internacional :

Many transnational advocacy networks link activists in developed countries with others in or from less developed countries. These kinds of linkages are most commonly intended to affect the behaviour of states. When the links between state and domestic actors are severed, domestic NGOs may directly seek international allies to try to bring pressure on the "boomerang" pattern of influence characteristic of transnational networks where the target of their activity is to change a state's behaviour. This is most common in human rights campaigns (KECK & SIKKINK, 1998: 93).

Exemplo claro do Efeito Boomerang, temos aqui no próprio Estado Brasileiro através da promulgação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340). A Lei em questão protege as mulheres contra a violência e recebeu este nome a fim de realizar homenagem à Maria da Penha Maia Fagundes, uma farmacêutica cearense.

Maria da Penha Maia Fagundes foi capaz de atentar a sociedade a importância de se proteger a mulher da violência sofrida no seu próprio lar e pelo próprio companheiro. Maria da Penha levou um tiro do marido no ano de 1983, como consequência, ficou paraplégica depois ele tentou eletrocutá-la. Apesar de o responsável pelo crime ter condenações em 1991 e 1996, conseguiu através de recursos processuais ir contra a decisão condenatória e conseguiu ficar em liberdade por 15 anos.

A vítima, Maria da Penha, recorreu à Justiça Internacional apresentando o caso à Comissão Interamericana de Direitos Humanos com auxílio do Centro para a Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) e do Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM). Após 18 anos do crime, a Organização dos Estados Americanos (OEA), em 2001, responsabilizou o país por omissão e negligência no que diz respeito à violência doméstica, utilizando como base o relato de Maria da Penha. A OEA recomendou ao Brasil que tomasse medidas em prol da criação

de políticas públicas que inibissem as agressões no âmbito doméstico em desfavor das mulheres o que culminou na norma em questão.

3. ONDAS DO FEMINISMO E O EMPODERAMENTO FEMININO

A discussão sobre movimento feminista exige a compreensão do conceito de feminismo, que de acordo com Costa (2005:01/02):

O feminismo, enquanto movimento social surge no contexto das idéias iluministas um movimento essencialmente moderno, e das idéias transformadoras da Revolução Francesa e da Americana e se espalha, em um primeiro momento, em torno da demanda por direitos sociais e políticos. Nesse seu alvorecer, mobilizou mulheres de muitos países da Europa, dos Estados Unidos e, posteriormente, de alguns países da América Latina, tendo seu auge na luta sufragista.

De acordo com Alves e Pitanguy (2004), o movimento feminista mundial, e no Brasil, teve três momentos, chamado de ondas do feminismo, contudo, o presente trabalho, se deterá no debate da segunda e terceira onda do feminismo, respectivamente.

Com o fim das guerras mundiais o mercado industrial volta a ser ocupado por homens e as mulheres retomam ao espaço doméstico no papel voltado ao ser mãe, esposa e dona de casa e isto com um forte reforço midiático. Além disso, temos tópicos importantes para a história mundial: o lançamento da pílula anticoncepcional, o Movimento Hippie⁶, emergência de movimentos populares como o maio de 1968⁷ na França, e é neste período que o que conhecemos por “segunda onda” do Feminismo se inicia, por volta do final dos anos 1960. Trata-se de um momento distinto, pois enquanto as sufragistas⁸ se dedicavam na luta em prol de direitos políticos em esfera pública, neste novo momento são debatidas questões de natureza mais ontológica, isto é, debruçava-se a entender conceitos e as influências dos meios na realidade das mulheres (inclusive no espaço privado), a influência da

⁶ Movimento norte-americano que contestava as premissas do Capitalismo, as fronteiras nacionais e as religiões cristãs e ficou conhecido por lemas como “Paradise now” e “Peace and love”

⁷ Série de protestos que se iniciaram pelos universitários que buscavam reformas educacionais, recebeu apoio de operários e se transformou na maior greve geral da Europa. Culminou na renúncia do general De Gaulle.

⁸ O sufragismo é um movimento que ocorreu nos Estados Unidos em 1848 e delatou a exclusão da mulher da esfera pública

cultura na identificação dos papéis dos homens e mulheres e suas desigualdades.

Esta etapa trabalha nova forma de enxergar o mundo e as relações de poder evidenciando que não é só através das diferenças de classes que temos a promoção das desigualdades, mas também por meio da dominação existente entre masculino e feminino. Importando frisar que a dicotomia público-privado é posta em análise, pois se entende que a falta de autonomia e liberdade e a inferiorização das mulheres invade todos os espaços da sociedade. Ou seja, não se pode discutir apenas aquilo que é ligado ao que se conhece como público (político) se as mesmas opressões ocorrem no privado e são substancialmente consequências do Patriarcado. Segundo Costa (2005):

Ao utilizar esta bandeira de luta, o movimento feminista chama a atenção das mulheres sobre o caráter político de sua opressão, vivenciada de forma isolada e individualizada no mundo do privado, identificada como meramente pessoal (COSTA, 2005:11).

Nesse contexto surge o slogan: “O Pessoal é Político”. Momento em que há o questionamento radical da forma como as relações sociais entre homens e mulheres estão estruturadas. As análises feministas desse momento desconstruíram a naturalização das relações hierárquicas entre os sexos

Ainda na segunda onda, Simone de Beauvoir publicado ‘O segundo sexo’ , em 1949, que fica marcado pela fala “não se nasce mulher, se torna mulher” e é obra essencial para as mulheres e precursora desse novo momento do Feminismo e do entendimento da construção social que vem por trás das funções sociais pré-determinadas ao sexo feminino. Também como produção acadêmica, temos ‘A Mística Feminina’ de Betty Friedan (1963) que temos a chamada “bíblia” do novo feminismo. Outros nomes importantes são Gloria Jean Watkins (1981), Heleieth Iara Saffioti (1969), Joan Scott (1986), entre outras.

É com a Segunda Onda do Feminismo que o entendimento a respeito de gênero passa a ter centralidade, tendo em vista que não obstante à obviedade de que há distinções entre homens e mulheres de ordem biológica, porém não é nisso que se deve focar e sim em quais dessas características

presentes em homens e mulheres são valorizadas frente às suas colocações dentro da sociedade. Alves e Pitanguy explicitam que

O “masculino” e o “feminino” são criações culturais e, como tal, são comportamentos apreendidos através do processo de socialização que condiciona diferentemente os sexos para cumprirem funções sociais específicas e diversas. Essa aprendizagem é um processo social. Aprendemos a ser homens e mulheres e a aceitar como “naturais” as relações de poder entre os sexos. (ALVES;PITANGUY, 1985:55).

Reforçando a ideia de construções sociais, Levatti (2011: 03) afirma que “sendo, um conceito aprendido e não intrínseco, pode ser transformado”.

Para Scott (1986) ao se falar de gênero trata-se de relação, primordialmente política, que ocorre que ocorre num campo discursivo e histórico de relações de poder. Gênero é instrumental teórico – metodológico que permite a compreensão como as relações entre homens e mulheres são construídas longo da história.

Vale destacar que nesse momento há uma série de barreiras rompidas dentro do próprio movimento feminista fazendo-se uma auto-análise crítica e percebendo o subjulgamento de algumas mulheres principalmente no que se relaciona às questões de classe e raça. Além disso, outra peculiaridade desse momento para o movimento é a utilização dos mecanismos de comunicação, tais como jornais e revistas, para difundir suas ideologias.

Os avanços dos movimentos populares são freados com a concretização do modelo Neoliberal em 1980, pois as questões ideológicas ficam em segundo plano diante das mudanças no globo, como o mercado globalizado. Com o Movimento Feminista há uma dificuldade de uma convergência. Para o novo momento do que seria uma “terceira onda feminista” temos a sintonia com o pós-modernismo chegando a se falar em uma teoria “pós-feminista” a qual se debruça a “cobrir” as falhas deixadas pela Segunda Onda ampliando o debate.

A terceira onda do feminismo emerge na década de 1990. Essa terceira fase surgiu para corrigir as falhas e as lacunas deixadas pelo movimento anterior. Além de procurar contestar as definições essencialistas da

feminilidade, que se apoiavam especialmente nas experiências vividas por mulheres brancas integrantes de uma classe média-alta da sociedade.

Os discursos de lideranças feministas negras como de Audre Lorde e de Gloria Anzaldua, dentre outras falas negras, procuravam espaço para as particularidades de lutas que lhes cabiam e é justamente o que esse novo momento busca: inserção das variedades de identidades por se entender que “o campo social está intersectado por várias camadas de subordinação (tais como raça, etnia, classe, orientação sexual, idade, religião, nacionalidade, etc.) que não podem ser reduzidas unicamente à opressão de gênero” (RAGO, 2004:80).

A filósofa contemporânea Butler(1990) explicita que se torna impossível separar o “gênero” das intersecções políticas e culturais através das quais ele é invariavelmente produzido e mantido.

Butler (1990) aponta que o discurso universal da terceira onda do feminismo é excludente. Excludente porque as opressões atingem as mulheres de modos diferentes, seria necessário discutir gênero com recorte de classe e raça, levar em conta as especificidades das mulheres.

Neste terceiro momento do Movimento feminista temos as questões da alteridade e subjetividade, vamos ao encontro de uma desconstrução onde se fala em igualdade e também muito em diferenciação. Amparada em visões pós-estruturalistas e desconstrucionistas, Butler crê que gênero é um ato intencional, um gesto performativo que tem a capacidade de produzir significados. Ainda nessa mesma vertente, Narvaz e Koller (2006:650) explicam que:

Essa definição resgata a noção de processo e de construção singular de cada sujeito, dentro de um campo situado de possibilidades que é reafirmado ou renegociado através de sucessivas “performances”, ou seja, atos, práticas concretas (e não essências naturalizadas) através dos quais os sujeitos se constituem. (NARVAZ; KOLLER, 2006:650)

Desse modo, Judith Butler é aqui uma das principais representantes da problematização da identidade consequentemente do que se entende por ser mulher:

Mulheres é um falso e unívoco substantivo que disfarça e restringe uma experiência de gênero variada e contraditória. A unidade da categoria 'mulheres' não é nem pressuposta nem desejada, uma vez que fixa e restringe os próprios sujeitos que liberta e espera representar (BUTLER, 1990: 213).

Assim, observa-se que a contemporaneidade do Movimento Feminista é marcada por uma forte crítica que parte tanto do externo, da forma como as pessoas em geral tem enxergado os objetivos e a necessidade das lutas feministas- insurgindo concepções que inferem ao radicalismo do movimento e acreditam em uma realidade de alcance da igualdade entre homens e mulheres - bem como do olhar que se tem dentro do movimento e deve-se entender que:

Pode se conhecer o movimento feminista a partir de duas vertentes: da história do feminismo, ou seja, da ação do movimento feminista, e da produção teórica feminista nas áreas da História, Ciências Sociais, Crítica Literária e Psicanálise. Por esta sua dupla característica, tanto o movimento feminista quanto a sua teoria transbordaram seus limites, provocando um interessante embate e reordenamento de diversas naturezas na história dos movimentos sociais e nas próprias teorias das Ciências Humanas em geral. (PINTO, 2010:15)

Apesar do exposto, há estudiosas que acreditam na possibilidade e necessidade de uma unidade, na congruência da concepção de identidades e lutas.

Neste período atual de entendimento do que nos acerca, um termo com berço no Movimento Feminista- sobretudo partindo do Sul Global- tem sido utilizada como categoria de análise feminista: Empoderamento.

Para o presente trabalho, o conceito de empoderamento é importante para que entendamos os processos aqui estudados e, sobretudo as consequências dos mesmos para o objetivo final deste texto.

O uso desta palavra pelo feminismo tem sido usada com favoritismo frente a poder por seu foco maior nos oprimidos e não nos opressores bem como pela percepção do uso de empoderamento no sentido de poder como algo capacitador onde se enxerga como competência invés de dominação.

O estudo sobre "Empoderamento" como forma de análise surge a partir da década 1990, e seu conceito hoje ainda é muito debatido tendo em vista que ele surgiu da "praxis" para a "teoria", sendo utilizado primeiro por

ativistas feministas e por movimentos de base para depois se tornar objeto de teorização (AITHAL, 1999).

Usando como base Batliwala(1994:130) para entendimento deste conceito, temos que:

O termo empoderamento se refere a uma gama de atividades, da assertividade individual até à resistência, protesto e mobilização coletivas, que questionam as bases das relações de poder. No caso de indivíduos e grupos cujo acesso aos recursos e poder são determinados por classe, casta, etnicidade e gênero, o empoderamento começa quando eles não apenas reconhecem as forças sistêmicas que os oprimem, como também atuam no sentido de mudar as relações de poder existentes. Portanto, o empoderamento é um processo dirigido para a transformação da natureza e direção das forças sistêmicas que marginalizam as mulheres e outros setores excluídos em determinados contextos.

Desse modo, o processo de empoderamento se dá primeiro pelo desempoderamento e a conscientização de sua qualidade de desempoderado bem como dos direitos que leva o indivíduo a lutar contra esta configuração e empoderar-se. Isso, no reflexivo pois além de se um processo e resultado em si, outra peculiaridade do Empoderamento é que é algo que você faz a si mesmo, não se pode empoderar a outrem:

Os agentes de mudança externos podem ser necessários como catalisadores iniciais, mas o impulso do processo se explica pela extensão e a rapidez com que as pessoas e suas organizações se mudam, a si mesmas. Nem governo, nem as agências (e nem as ONGs) empoderam as pessoas e as organizações: as pessoas e as organizações se empoderam a si mesmas. (ROMANO; ANTUNES, 2010:12)

Empoderar-se nada mais é que chegar ao ponto de uma autonomia, auto-determinação. No contexto do que tange a mulher como elemento central temos no Empoderamento uma ruptura com as limitações que vem junto ao Patriarcado. Ana Alice Costa afirma que :

O empoderamento das mulheres representa um desafio às relações patriarcais, em especial dentro da família, ao poder dominante do homem e a manutenção dos seus privilégios de gênero. Significa uma mudança na dominação tradicional dos homens sobre as mulheres, garantindo-lhes a autonomia no que se refere ao controle dos seus corpos, da sua sexualidade, do seu direito de ir e vir, bem como um rechaço ao abuso físico e a violação sem castigo, o abandono e as decisões unilaterais masculinas que afetam a toda a família(COSTA, 2012:09)

4. A MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES COMO REFLEXO DO FEMINISMO CONTEMPORANEO.

A Marcha Mundial das Mulheres se caracteriza por ser uma organização transnacional que visando romper com as velhas diretrizes dos movimentos, se organiza em comitês locais e internacionais que atuam sob coordenações nacionais horizontalmente, sem comandos centralizados e utilizando-se do consenso como mecanismo de tomada de decisões. De acordo com Guay (2002), as principais características do movimento:

1. Ação auto-iniciada, auto-organizada e auto-conduzida, isto é, autonomia no que tange sua agenda, seu financiamento (apesar doações governamentais e privadas, quase todos os grupos tiveram que contar com autofinanciamento), independência quanto aos seus recursos tanto humanos quanto materiais, gerenciamento pelas próprias mulheres comum rechaçando qualquer tipo de intervenção externa e/ou de grupos políticos.
2. Base feminista
3. Pluralismo, ou seja, iniciativas voltadas para que as mulheres de todas as partes se sintam representadas bem como buscando o respeito pela realidade de cada local e a subjetividade de cada indivíduo participante- vê-se isso, sobretudo no uso de diferentes ferramentas de manifestação tentando-se alcançar o maior contingente de mulheres mesmo com qualquer tipo de dificuldade, como por exemplo, o analfabetismo. Baseando-se neste princípio o Comitê Internacional de Ligação que é responsável por manter o caráter internacional da Marcha e garantir que as tomadas de decisões e a liderança sejam compartilhadas, conta com representantes eleitas por mulheres de todas as regiões globais.
4. Pacifismo
5. Continuidade histórica, prezando por ser espaço de homenagem àquelas que lutaram pelos direitos das mulheres.

É objetivando coesão entre Movimentos Sociais Feministas e Mistos, sejam organizações sociais, partidos políticos ou ONGs, que a Marcha

trabalha na construção de uma agenda comum de lutas antipatriarcais e anticapitalistas. Isto por que:

A Marcha Mundial das Mulheres, da qual fazemos parte, identifica o patriarcado como o sistema de opressão das mulheres e o capitalismo como o sistema de exploração de uma imensa maioria de mulheres e homens por uma minoria. Estes sistemas reforçam-se mutuamente. Eles se fundamentam e se articulam com o racismo, o sexismo, a misoginia, a xenofobia, a homofobia, o colonialismo, o imperialismo, a escravatura e o trabalho forçado. Eles legitimam os fundamentalismos e os integrismos que impedem as mulheres e os homens de serem livres. Eles geram a pobreza e a exclusão, violam os direitos dos seres humanos, em particular os das mulheres, e colocam a humanidade e o planeta em perigo. Nós rejeitamos este mundo! (CARTA MUNDIAL DAS MULHERES PARA A HUMANIDADE, 2005).

É importante entender que a Marcha Mundial das Mulheres surge em um contexto da hegemonia da atuação do modelo Neoliberal e as mudanças que afetaram o mundo influenciou o mercado de trabalho, sobretudo com uma maior inserção das mulheres neste e é a partir da percepção de que essa participação se traduz, principalmente, em empregos precários e vulneráveis, como tem sido o caso na Ásia, Europa e América Latina (HIRATA, 2001) que a Marcha surge e cria-se espaço para a consolidação de lutas contra as consequências do modelo em vigência. MOND (2003) coloca a Marcha Mundial das Mulheres como elemento importante nesta conjuntura, pois:

A realização da Marcha Mundial em 2000 e sua manutenção sucessiva como rede internacional evidenciou que uma verdadeira comunicação, direcionada à realização de um projeto comum, é possível nesse mundo globalizado. Uma análise das causas profundas do empobrecimento das mulheres só poderia nos levar a evidenciar as responsabilidades políticas dos governos e das instituições internacionais: a perpetuação das dívidas do Terceiro Mundo, os planos de ajuste estrutural, os tratados de livre comércio, para citar só algumas, remetem a uma mesma lógica – a da defesa dos privilégios de uma minoria em detrimento dos interesses das populações do mundo. (MOND, 2003:638).

A Marcha Mundial das Mulheres se utiliza de ações diretas como instrumento base para o desenvolvimento de suas atividades. Acredita-se que é através da utilização do espaço público que a organização mostra sua identidade bem como fortalece ou inicia relações com a sociedade fazendo com que um maior número de pessoas perceba os debates que a organização está trazendo à tona, pois é predicado da Marcha Mundial das Mulheres a

ocupação de diferentes espaços para que se possa alcançar cada vez mais um maior contingente de realidades. Essas ações baseiam-se na problematização de acontecimentos bem como o fortalecimento de causas que façam parte da gama de interesses do movimento feminista.

Print 01: Marcha Mundial das Mulheres em São Paulo-SP/ Brasil.



Fonte: Foto por: Marlene Bergamo (Folha de São Paulo) – Disponível em: <http://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/18836-marcha-mundial-das-mulheres#foto-313666>

Através dessas ações locais bem como as Ações e Encontros Internacionais, dos quais trataremos adiante, é que se dá a movimentação desta rede transnacional que vem se utilizando cada vez mais das redes sociais como mecanismo de divulgação e atualmente organizado com Coordenações Nacionais em 62 países e territórios e com grupos de contacto em outros 90 países (FARIA, 2015).

a. HISTÓRICO

Com a emergência do modelo Neoliberal e a percepção das consequências do mesmo para a vida das mulheres principalmente no que tange as inconveniências resultantes de sua maior inserção no mercado de

trabalho, em Maio de 1995, a Federação das Mulheres de Quebec (FFQ) organiza em Quebec/Canadá a Marcha Pão e Rosas que demandava ao governo melhores condições – Pão (melhores condições básicas) e Rosas (melhores condições de vida)-. A Marcha contou com 850 mulheres que ao som do grito “*Du pain et des roses pour changer les choses. Du pain et des roses pour qu’on se repose. Du pain et des roses!*” percorreram 200 Km em 10 dias e após o percurso foram clamadas por uma multidão em frente à Québec National Assembly e como resultado tiveram algumas demandas atendidas relacionadas aos direitos das imigrantes, equidade salarial e aumento do salário mínimo.

A Marcha Pão e Rosas é então o ponto de partida, a inspiração para a Marcha Mundial das Mulheres. Foi na Conferência de Pequim que a primeira proposta para organizar uma marcha internacional feminina para marcar o início do século XXI foi feita, pois era um momento de entendimento de que a luta era de fato mundial.

A construção do network se iniciou em 1997 e logo em 1998 houve um encontro de mulheres de várias partes do mundo em Québec e lá foram determinadas as coordenadas para a 1ª Ação Internacional e o lançamento internacional oficial da Marcha que veio a ocorrer durante uma coletiva de imprensa realizados em Montreal, ambos os eventos ocorreram no dia 8 de março de 2000.

4.2 AÇÕES INTERNACIONAIS

Parte da metodologia de luta da Marcha Mundial das Mulheres é promover ações Internacionais que envolvam todos os países onde há engajamento da organização a cada cinco anos. Até o presente momento, quatro ações ocorreram: 2000, 2005, 2010, 2015; e elas se configuram como jornada ao longo de todo o ano em questão. De acordo com Faria (2015:01), nelas são definidos objetivos, formatos e simbologias comuns. A preparação das ações internacionais marcou processos de sínteses da plataforma da Marcha Mundial das Mulheres.

A primeira ação internacional ocorreu em 2000 com o chamado “2000 razões para marchar contra a pobreza e a violência sexista” sintetizando

as dificuldades enfrentadas pelas mulheres daquele tempo. O lançamento se deu em 08 de março e durou até 17 de outubro, por ocasião do Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza. Foi o momento de apresentação da identidade do Marcha Mundial das Mulheres e busca para a solidificação da construção de um movimento internacional onde realmente ao fim a avaliação era pela continuação da Marcha como uma ação permanente por ter sido impactante e ter promovido rearticulação do movimento feminista em diversos países. Este momento foi marcado pela mobilização de 5.000 grupos de 159 países e territórios (GIL, 2015:13), pelas denúncias sobre as políticas do Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional e as consequências que traziam ao cotidiano das mulheres, pela coleta de 5.084.546 de assinaturas- em apoio às 17 reivindicações elaboradas contra a pobreza e a violência no 1º Encontro Internacional em 1998- que foram entregues às Organizações das Nações Unidas enquanto mais de 10 mil mulheres de 80 países marchavam pelas ruas de Nova York e simultaneamente eram realizadas manifestações em 40 países (FARIA, 2015:01).

Esta primeira ação surpreendeu e teve como resultante deste processo:

Em certos países africanos, como Burkina Faso e Moçambique, os órgãos nacionais de coordenação das mulheres obtiveram uma reunião com líderes governamentais pela primeira vez em sua história, na qual eles puderam apresentar suas preocupações. Na Venezuela, a violência conjugal foi finalmente reconhecida como um ato criminoso. Em Marrocos, uma demonstração em apoio das mudanças desejadas no Código da Família ajudou a avançar nessa área. Em 14 de outubro, em Bruxelas, 30 mil mulheres da Europa Ocidental e Oriental finalmente forjaram laços de solidariedade. Na Indonésia, uma caravana de mulheres viajou de ilha para ilha para envolver as autoridades locais nas discussões, convocá-las a denunciar a violência contra as mulheres e exigir direitos iguais para todos. (ASSELIN, 2010:08)

Cinco anos depois, a segunda Ação Internacional foi realizada com o lema Mudar o mundo para mudar a vida das mulheres para mudar o mundo.

As ações de 2005 confirmaram e consolidaram a legitimidade que a Marcha Mundial das Mulheres construiu ao longo desses cinco anos, ancorada no processo de organização e mobilização, no posicionamento político e na relação de alianças construídas com diversos movimentos sociais, bem como seu envolvimento em processos mais amplos de organização e luta. (MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES, 2008:09)

O marco deste momento foi a viagem da Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade iniciada em uma passeata em São Paulo, Brasil no dia 08 de março daquele ano que percorreu 53 países e territórios e terminou no dia 17 de outubro em Ouagadougou, Burkina Faso, neste último dia ainda realizou-se uma vigília de 24 horas com enfoque na Solidariedade Feminista em todos os cantos do planeta.

A Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade é resultante de uma posição coletiva comum de diversos grupos pelo mundo e é voltado para cinco valores: liberdade, igualdade, solidariedade, justiça e paz: *“Com esta carta e com ações que virão, reafirmamos que um outro mundo é possível; um mundo cheio de esperança, de vida, onde é bom viver e declaramos nosso amor a esse mundo, à sua diversidade e à sua beleza”*(CARTA MUNDIAL DAS MULHERES PARA A HUMANIDADE, 2005). Neste trajeto também houve a construção da Colcha da Solidariedade onde as Coordenações Nacionais de cada país costuravam retalhos onde expressavam sua visão sobre o mundo que desejavam com base nos valores já citados.

Em 2010, a 3ª Ação teve como mote “Seguiremos em marcha até que todas sejamos livres”, como enfoque tinha-se quatro eixos de ação: trabalho/ autonomia econômica; violência; acesso aos recursos/soberania alimentar/Bem comum; paz e desmilitarização e suas aspirações estavam centradas em trazer algo marcante para os 100 anos da declaração do Dia Internacional da Mulher, expressar demandas nacionais e dar voz às mulheres que sofrem violência em situações de conflito armado, desta forma:

No Paquistão, as mulheres foram para as ruas, mesmo depois de fundamentalistas terem explodido bombas para aterrorizar a população. No Mali, mulheres debateram a construção da paz e manifestaram-se em Gao, uma área de conflito armado. Na Grécia, elas realizaram manifestações contra a persistência de elevados dispêndios militares durante a crise financeira – num momento em que outros gastos públicos estão sendo cortados, denunciando a falta de uma política pública em resposta aos níveis crescentes de desemprego (já elevados entre as mulheres). No Brasil, mais de 2.000 mulheres marcharam durante 10 dias sob a bandeira: 'Seguiremos em marcha até que todas sejamos livres!' (MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES, 2011:14).

A ação foi marcada por marchas e mobilizações em cinquenta países, ações regionais na Turquia, nas Filipinas e na Colômbia voltadas para

a questão da militarização da vida cotidiana e a afinidade desta com o Capitalismo e Patriarcalismo e o questionamento à Organização das Nações Unidas quanto aos territórios em conflitos e sobre a efetividade das convenções e tratados para as mulheres em todo o planeta após 10 anos da entrega das 17 demandas. Esses atos foram organizados em mobilizações que ocorreram entre 8 e 18 de março e 7 a 17 de outubro, o ato final ocorreu em Bukavu, na República Democrática do Congo, o que promoveu olhos aos conflitos locais e solidariedade internacional.

A Ação Internacional mais recente ocorreu em 2015, e nela se pretendeu:

Enraizar a Marcha Mundial das Mulheres e fortalecer as regiões (...) A proposta é fortalecer a defesa dos “territórios das mulheres”, que são compostos por seu corpo, pelo lugar onde vivem, trabalham e desenvolvem suas lutas, suas relações comunitárias, sua história⁹.

Foi nos eixos território, corpo e trabalho que a Marcha daquele ano focou sua estratégia de ações. Os continentes se organizaram e tiveram momento de ação comum: Os países das Américas tiveram um grande encontro no Panamá a fim de alinhar estratégias e ainda, as representantes dos países do cone sul (Brasil, Argentina, Chile, Uruguai, Bolívia, e Paraguai) tiveram a Argentina como ponto de encontro para mobilização em defesa às transnacionais do extrativismo e agronegócio em relação à ocupação dos territórios; na África houve ação no Quênia por conta da situação de militarização, transgressão dos direitos das mulheres e avanço do fundamentalismo religioso; em solidariedade à situação das mulheres curdas e por , foi neste território que iniciou-se a Caravana Feminista Europeia que teve como destino final Portugal e teve como enfoque a luta pela autonomia e o direito ao corpo, bem como as condições trabalhistas.

A Ação, como em todos os outros anos, ocorreu entre os dias 8 de março e 17 de outubro de 2015 e o dia 24 de abril daquele ano marcou o momento global da ação: 24 horas de solidariedade feminista com mulheres nas ruas de todo o mundo em homenagem à morte de centenas de mulheres no dia 24 de abril de 2013 por conta do desabamento do prédio Rana Plaza na

⁹ Informações do site Marcha Mundial das Mulheres Brasil, Disponível em: <http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/acoes-internacionais/>

capital de Bangladesh, neste prédio oficinas de costura das mais variadas marcas mundiais e chamou atenção para a precarização das condições de trabalho em prol de uma indústria que tanto oprime as mulheres.

Além das Ações, a Marcha Mundial das Mulheres também realiza encontros a cada dois ou três anos em que promovem um momento de reflexão e convergência para que as problemáticas locais possam ir do local ao global/global ao local com estratégias tangíveis. Estes momentos são utilizados para o preparo das Ações Internacionais, eleição do Comitê Internacional, elaboração e revisão de documentos e debate das linhas políticas gerais da Marcha Mundial das Mulheres. É um momento de formação política da rede já tendo ocorrido no Canadá (1995, 2001), Brasil (2000, 2013), Índia (2003), Ruanda (2004), Peru (2006), Espanha (2008), Filipinas (2011) e Moçambique (2016).

5. MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES: TRANSNACIONALIZAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE EMPODERAMENTO

Analisar a ação da Marcha Mundial das Mulheres frente ao arcabouço teórico aqui levantado é uma tarefa que requer cuidados e apreciação de algumas peculiaridades. Pois apesar de ter sido eleita como estudo de caso justamente pelo seu caráter de iniciativa de movimento transnacional compreende-se que ao longo de quase 20 anos, a Marcha está em processo de construção permanente e que a complexidade de seu trabalho vai além do meio, parte também para a finalidade. McAteer e Pulver (2009) trabalham pontos fundamentais para se entender a efetividade de uma Rede Transnacional, mas é interessante elucidar que o trabalho das autoras é voltado para o setor privado e aqui trabalhamos com um Movimento que perpassa o público e o privado, mas que tem na mudança da sociedade seu principal alvo.

O breve olhar por conceitos e teorias como Globalização, Construtivismo e Transnacionalização são fundamentais para se compreender as dinâmicas das redes transnacionais de ativismo político. E ainda que “as teorias da Relações Internacionais refletem sobre processos políticos e sociais ao mesmo tempo em que contribuem para a sua compreensão e para a

definição das alternativas disponíveis aos atores envolvidos na política mundial”(NOGUEIRA;MESSARI , 2005:79)

Ao trabalharmos questões como o Cosmopolitismo Insurgente, nos permitimos entender que “se há vetores globais de forças mercadológicas, políticas e culturais hegemônicas, há, também, vetores originários de fontes periféricas, excluídas ou outsiders que dão forma e conteúdo à globalização contemporânea” (FONTELES, 2012:31) e que

Os Direitos Humanos como via emancipatória de povos excluídos e o cosmopolitismo insurgente são, então, duas faces de uma mesma moeda, para Santos. Conforme são postos em prática e tornam-se parte significativa das lógicas da globalização, fortalecem e consolidam experiências com potencial de emancipação ou de empoderamento(FONTELES, 2012:118).

Sob a ótica do o cosmopolitismo insurgente, vemos que a Marcha Mundial das Mulheres é contra o Patriarcado e o Capitalismo dois vetores exemplares do processo de hegemonia provocada pela Globalização, no entanto é através das tecnologias de informação que tem sobrevivido ao longo desses anos:

A Marcha Mundial das Mulheres insere-se nas ações contrárias à globalização capitalista pelo mundo, impulsionadas por movimentos de caráter anticapitalista que questionam os ditames desses organismos internacionais e daqueles que exaltam o livre-comércio. Esse processo levou ao empobrecimento das mulheres e cada vez mais à precarização na sua inserção no mercado de trabalho, comprometendo ainda mais sua autonomia econômica. (TORNQUIST; FLEISCHER, 2012:295)

Segundo Santos, a lógica da dominação trouxe “novas dimensões transnacionais de sofrimento humano e opressão social, mas também criou o potencial para a transnacionalização da resistência” (SANTOS, 1995:328).

Seguindo o roteiro aqui estabelecido, ao se compreender a Marcha Mundial das Mulheres como construída à luz do Movimento Feminista se percebe a complexidade que o mesmo detêm. Isto porque quando se trata do Movimento Feminista, temos um histórico de episódios marcado por ganhos e perdas além das diversidades de conflitos dentro do próprio movimento dificultando uma coesão que é palavra chave para o Marcha Mundial das Mulheres e para o que McAteer e Pulver (2009) entendem como um dos

elementos fundamentais para o sucesso de uma rede transnacional. Vale lembrar que as autoras acreditam que a convergência é dificultada por uma cadeia de interações ampla e heterogênea:

The very nature of a TAN (Transnational Network Advocacy) – as arena of convergence between widely different actors separated by cultural differences, geographic location, and access to resources – makes cohesiveness a difficult challenge at all network levels (MCATEER E PULVER, 2009:05)

Eis um dos desafios da Marcha Mundial das Mulheres que busca criar uma agenda comum.

Por outro lado, o desenho da Marcha Mundial das Mulheres é claro, há muita clareza para o entendimento de sua luta, de seus objetivos bem como de suas ações. Importante salientar que os escritos de McAteer e Pulver (2009) deixam claro que a coesão está se dá pela qualidade e quantidade de interações e justamente pelo êxito no acolhimento das diversas identidades e finalidades acomodar diferentes objetivos e identidades.

Além da coesão, a vulnerabilidade do ator-alvo e o contexto no qual a rede está inserida são fundamentais para entendermos sua efetividade, no que tange a Marcha Mundial das Mulheres podemos identificar que por tratarmos, segundo o Construtivismo, de um mundo construído pelos diversos atores, a vulnerabilidade da sociedade de modo geral pode ser entendida justamente por essa capacidade de flexibilização e transformação. Sobre a conjuntura, podemos indicar que a Marcha Mundial das Mulheres tem como aliado o fato de adentrar o novo século tendo como elemento substancial a circulação rápida de informações e se valer das mídias em geral bem como de outros elementos de comunicação informais onde muitas vezes captam a opinião pública e provocam o chamado “Efeito Boomerang”. Nesse sentido, GIL salienta que:

As redes sociais são, cada vez mais, um espaço de disputa, mas, principalmente, de divulgação do Movimento e de suas ações. Além da velocidade na difusão das informações, permite que todas as militantes possam construir e difundir os materiais, notícias, postagens. Contudo, não substitui a ação de rua, onde as militantes, presencialmente, constroem o Movimento e buscam impactar, denunciar, anunciar, refletir sobre temas feministas em locais onde exista uma concentração de pessoas ou onde uma violação dos direitos das mulheres esteja ocorrendo. (GIL, 2015:46-47)

À luz do que foi estudando à respeito do que se fala teoricamente quando nos remetemos à transnacionalização e redes transnacionais, é evidente que a Marcha Mundial das Mulheres é um movimento que alcançou o patamar de ser uma rede transnacional. No entanto, o presente trabalho debruça-se a entender a efetividade da Marcha Mundial das Mulheres como um instrumento de Empoderamento do Movimento Feminista e para tanto nos cabe analisar se de fato através desta rede transnacional está sendo permitido às mulheres pelo globo eles reconhecer as forças que as oprimem bem como auxiliá-las em mudar as relações de poder existentes e se de fato a Marcha Mundial das Mulheres é um dos catalisadores a quem Romano & Antunes (2010) se referem.

As metodologias de luta da Marcha Mundial das Mulheres por uma agenda una de luta feminista permitiu algumas conquistas indicadas no ponto aqui dedicado à Marcha Mundial das Mulheres, sobretudo às ações internacionais. A Marcha Mundial das Mulheres tem atingido mulheres que sequer acreditaram que suas reivindicações pudessem ser ouvidas e tem incorporado outros distintos métodos sociais de exclusão em sua luta além de através do fato de irem às ruas permitir que a sociedade como um todo enxerguem estas mazelas. Trata-se de uma rede que desde seu início sempre conta com mais de 100 países em suas ações, que debateu com organizações como o Fundo Monetário Internacional e Organização das Nações Unidas, que denunciou a exploração midiática aos corpos das mulheres e a situação destas em áreas de conflito armado.

Assim como o Movimento Feminista, há suas contradições e a não efetividade de sociedades completamente livres dos moldes patriarcais, porém, diante do exposto, entende-se que a Marcha Mundial das Mulheres é na tentativa de uma unidade que por sua vez respeita as particularidades das mulheres de cada local/região, que a Marcha Mundial das Mulheres vem com estratégias globais de ação e solidariedade se edificando como mecanismo de empoderamento de mulheres pelo mundo, do local para o global construindo e (des)construindo realidades.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na área das Relações Internacionais brasileira, e especificamente na amazônica, ainda há pouca produção científica sobre relações sociais gênero e/ou feminismo. Este trabalho se compromete com o movimento contrário a essa situação. Apesar de não se propor a universalizar resultados, limitando-se a estudar a realidade da Marcha Mundial das Mulheres, movimento de cunho feminista, que desenvolve ações de empoderamento das mulheres.

Durante muitos anos, a condição da feminina ficou subordinada à dominação de cunho patriarcal. No entanto, as mulheres passaram por mudanças significativas, ressaltando que os processos de reconstrução do papel social feminino acompanham fatos históricos e ações que hoje não mais são percebidas dentro do cenário internacional como advindas somente do Estado e é através da reorganização de teorias propostas pelos diferentes atores que se permite o alargamento de concepções acerca de nossa realidade.

A maior interdependência entre os atores provoca relações cada vez mais vulneráveis, onde conflitos são evitados. No entanto, é inevitável observar que os processos hegemônicos seguem em ascensão, portanto movimentos contra os impactos de tal existem (Cosmopolitismo Insurgente), e a organização da Sociedade Civil é fundamental para a existência de um polo para ser oposição às questões que não agradam e que de fato, ainda são evidentes na sociedade, como é o caso da luta Feminista.

As redes formadas carregam consigo novas ideias para dentro dos tradicionais debates políticos e é preciso se conceber a emergência da necessidade de estudos que se afastem do que é considerado clássico e sejam mais contundentes com as novas realidades (como mulheres e pobreza). Acerca disso, CASTRO (2012:53), afirma que ONGs com dimensões globais, com “atuação e a agenda politicamente interessada da mídia transnacional e as questões do ativismo da cidadania em escala global vêm alterando os significados, construindo e reconstruindo a Ciência das Relações Internacionais”.

Como consequência desse contexto de mudanças, advém um arremate conclusivo deste trabalho: as ações do Marcha Mundial das Mulheres vêm contribuindo para a mobilização e organização políticas das mulheres no

mundo. Isso vem se dando por meio uma relação de mediação estabelecida entre escritórios locais da Marcha Mundial das Mulheres e as mulheres de diversas locais do globo, que vem promovendo ações que favorecem a autonomia e a formação de liderança de mulheres, contudo é importante enfatizar que ações da Marcha Mundial das Mulheres respeitam as particularidades, as subjetividades das mulheres de cada local/região formando redes de solidariedade e empoderando mulheres afim de localmente e globalmente construir e (des)construir realidades.

7. REFERÊNCIAS:

Aithal, V. Empowerment and Global Action for Women: Theory and Practice. Working Papers, Kvinnforsk, University of Tromso, 1999. Disponível em: < <http://pdfind.com/empowerment-and-global-action-of-women/>>.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. O que é FEMINISMO. São Paulo: Ed. Abril cultural: Brasiliense, 1985.

ASSELIN, Michèle (Intersyndicale des femmes). A Brief History of The World March of Women. 2010. Disponível em: < https://www.dssu.qc.ca/wp-content/uploads/a_brief_history_of_world_march_of_women.pdf>

BATLIWALA, S. The meaning of women's empowerment: new concepts from action. In. G. Sen, A. Germain & L.C.Chen (eds.), Population policies reconsidered: health, empowerment and rights, pp.127-138. Boston: Harvard University Press, 1994.

BRAGA, Pablo de Rezende Saturnino. A rede de ativismo transnacional contra o apartheid na África do Sul / Pablo de Rezende Saturnino Braga. – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

BUTLER, Judith. Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity. New York, Routledge, 1990.

MARCHA MUDIAL DAS MULHERES. Carta Mundial das Mulheres Para a Humanidade, 2005. Disponível em: <<http://cartamundialdasmulheres.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 12/11/2017.

CARVALHO, M. R. de O. Redes sociais: convergências e paradoxos na ação estratégica. Diálogos Possíveis, julho/dezembro, 185-198, 2002.

CASTILLA, E. J; HWANG, H.; GRANOVETTER, E. ; GRANOVETTER, M. Social networks in Silicon Valley. In LEE, C-M., MILLER, W., HANCOCK, M. and ROWEN, H. (Eds.). The Silicon Valley edge: a habitat for innovation and entrepreneurship. San Francisco: Stanford University, 2000.

CASTRO, Thales. Teoria das relações internacionais / Thales Castro. – Brasília: FUNAG, 2012.

CHANDLER, David. Constructing global civil society: Morality and Power in International Relations, 2004.

COSTA, Ana Alice Alcântara. O movimento Feminista no Brasil: Dinâmicas de uma intervenção política, 2005. Disponível em: <<http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/01112009-115122costa.pdf> >

Costa, Ana Alice. “Gênero, Poder e Empoderamento de Mulheres”, 2012. Disponível em: <http://www.agende.org.br/docs/File/dados_pesquisas/feminismo/Empoderamento%20-%20Ana%20Alic>

CRUZ, Paulo Márcio, STELZER, Joana (orgs). Direito e Transnacionalidade. 1ª edição (2009). (2ª reimp). Curitiba. Juruá. 2011.

DELGADO, Ana Carolina Teixeira. Seringueiros: da luta pela terra à proteção da floresta tropical: um estudo sobre o processo de transnacionalização do movimento. Rio de Janeiro, 2006, 152 f. Dissertação (Mestrado em Relações

Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais/ PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2006.

FARIA, Nalu. Feminismo em marcha para mudar o mundo. 2015. Disponível em: < <http://sof2.tempsite.ws/wp-content/uploads/2015/07/Feminismo-em-marcha-para-mudar-o-mundo-Nalu-Faria.pdf>>

FINNEMORE, Martha; SIKKINK, Kathryn. Taking Stock: The Constructivist Research Program in International Relations and Comparative Politics. *American Review Political Science*, pp. 391-416. 2001.

FONTELES, Gabriel Mattos. Povos indígenas e globalização: redes transnacionais de apoio a causas indígenas e a usina hidrelétrica de Belo Monte: um estudo exploratório. 2012. 136 f., il. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais)—Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

GIL, Vanessa Nesbada da Silva. MULHERES EM MOVIMENTO MUDAM O MUNDO: O EDUCATIVO NA/DA MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES / Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

GRANOVETTER, M. The strength of weak ties. *American Journal of Sociology*, 78 (6), 1360-1380, 1973.

HELD, David; McGrew, Anthony; Goldblatt, David; Perraton, Jonathan. “Global Transformations. Politics, Economics and Culture”. Palo Alto: Stanford University Press. 1999.

HERZ, Mônica. Teoria das Relações Internacionais no Pós-Guerra Fria, 1997, vol.40, n.2, pp.-. ISSN 0011-5258. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581997000200006>>.

HERZ, Mônica; HOFFMANN, Andrea Ribeiro. Organizações Internacionais: história e práticas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

HIRATA, Helena. Globalização e divisão sexual do trabalho. Cadernos Pagu, n. 17-18, p. 139-156, 2001. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n17-18/n17a06>>

KECK, Margareth; SIKKINK, Kathryn, *Activists Beyond Borders: Advocacy Networks in International Politics*. Cornell University Press, New York, 1998.

LEVATTI, Giovanna Eleutério. "Um breve olhar acerca do Movimento Feminista". Bauru: UNESP, 2011.

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES (Portugal). Terceira Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres – 2010: Solidariedade feminista internacional em ação. 2011. Disponível em: <[http://www.feminismo.info/webgalego/images/stories/pdf/WMW_Book_2011_PORTUGU ESE.pdf](http://www.feminismo.info/webgalego/images/stories/pdf/WMW_Book_2011_PORTUGU_ESE.pdf)>.

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES (São Paulo). Cadernos: Marcha Mundial das Mulheres. 2008. Disponível em: <http://www.feminismo.info/webgalego/images/stories/pdf/Livro_MMM_Brazil.pdf>.

McATEER, Emily. Pulver, Simone. "The corporate boomerang: shareholder transnational advocacy networks targeting oil companies in the Ecuadorian amazon." In: *Global Environmental Politics*. Volume 9, no. 1. Fevereiro, 2009.

MOND, Nadia de. Construindo espaços transnacionais a partir dos feminismos. *Rev. Estud. Fem.* 2003, vol.11, n.2, pp.637-643. ISSN 0104-026X. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2003000200021>>.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. *Psicol. estud.* 2006,

vol.11, n.3, pp.647-654. ISSN 1413-7372. Disponível em:
< <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722006000300021> >.

NOGUEIRA e MESSARI, João e Nizar; (2005); Teoria das Relações Internacionais; Rio de Janeiro; Elsevier Editor Ltda. ,2005, 7 a reimpressão.

NYE, Joseph. O PARADOXO DO PODER AMERICANO: por que a única superpotência do mundo não pode prosseguir isolada. São Paulo: Editora da UNESP, 2002. 293 p.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. Rev. Sociol. Polit. . 2010, vol.18, n.36, pp.15-23. ISSN 1678-9873. Disponível em:
<<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782010000200003>>

RAGO, Margareth. “Feminismo e subjetividade em tempos pós-modernos” In: Cláudia Costa Lima e Simone Pereira Schmidt (org). Poéticas e políticas feministas Florianópolis: Editora das Mulheres, 2004.

RAUD-MATTEDI, C. Análise crítica da Sociologia Econômica de Mark Granovetter: os limites de uma leitura do mercado em termos de redes e imbricação. Política e Sociedade, v. 6 (6), abril, 59- 82, 2005.

RAUPP, Mauri Fabiano; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia de Pesquisa Aplicável as Ciências Sociais. In: BEUREN, Ilse Maria. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2004.

RISSE-KAPEN, Thomas. Bringing Transnational Relations Back In: an Introduction. In: RISSE-KAPEN, Thomas (ed.). Bringing Transnational Relations Back In: Non-State Actors, Domestic Structures and International Institutions. New York: Cambridge University Press, 322 p., cap. 1, pp. 3-37. 1995.

ROMANO, Jorge O. e ANTUNES, Marta. Empoderamento: Recuperando a questão do poder no combate à pobreza. In: Empoderamento e direitos no

combate à pobreza. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil. 2002. Disponível em: <www.actionaid.org.br/Portals/0/Docs/empoderamento.pdf>

SANTOS, Boaventura de Sousa. Direitos humanos: o desafio da interculturalidade. Revista Direitos Humanos, 2, 10-18. 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Towards a New Common Sense: Law, Science and Politics in the Paradigmatic Transition, London: Routledge. 1995.

Scott, J. W. Gender: A useful category of historical analysis. The American Historical Review, 91(5), 1053-1101. 1986

SOUZA SANTOS, Boaventura de. Globalizations. In: Theory, Culture and Society. SAGE Publications. Pg. 393-399. 2006. Disponível em : <<http://tcs.sagepub.com/cgi/content/abstract/23/2-3/393>>

STEINER, P. A sociologia econômica. São Paulo: Atlas, 2006.

SWEDBERG, R. Sociologia Econômica: hoje e amanhã. Tempo Social, 16 (2), 7-34, 2004.

TARROW, Sidney. The New Transnational Activism. Cambridge University Press. 2005.

TORNQUIST, Carmen Susana and FLEISCHER, Soraya Resende. Sobre a marcha mundial das mulheres: entrevista com Nalu Faria. Rev. Estud. Fem. 2012, vol.20, n.1, pp.291-312. ISSN 0104-026X. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2012000100016>. >